

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
COMASA - Companhia Águas de Santa Rita S.A.
Santa Rita do Passa Quatro - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da COMASA - Companhia Águas de Santa Rita S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMASA - Companhia Águas de Santa Rita S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

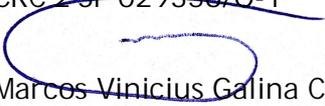
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 029356/O-1


Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>CIRCULANTE</u>				<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.553	1.167	Empréstimos e financiamentos	9	639	133
Contas a receber	6	1.546	1.085	Arrendamento mercantil		-	-
Impostos a recuperar		-	3	Fornecedores		490	606
Outros créditos		153	77	Obrigações sociais		488	430
Total do ativo circulante		<u>6.252</u>	<u>2.332</u>	Obrigações fiscais		567	107
				Dividendos a pagar	10	1.351	479
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>				<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	-	63	Partes relacionadas	10	25	20
Outros créditos		3	3	Outras obrigações		74	16
		<u>3</u>	<u>3</u>	Total do passivo circulante		<u>3.634</u>	<u>1.791</u>
Ativo de contrato	7	590	2.098	<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Intangível	8	13.345	11.411	Empréstimos e financiamentos	9	3.289	3.700
Total do ativo não circulante		<u>13.938</u>	<u>13.575</u>	Provisão para ações judiciais	11	55	-
				Total do passivo não circulante		<u>3.344</u>	<u>3.700</u>
				Total do passivo		<u>6.978</u>	<u>5.491</u>
				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
				Capital social	12	6.350	6.350
				Reserva de lucros		6.862	4.066
				Total do patrimônio líquido		<u>13.212</u>	<u>10.416</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>20.190</u>	<u>15.907</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>20.190</u>	<u>15.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	13	16.793	14.183
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	(9.368)	(9.577)
LUCRO BRUTO		<u>7.425</u>	<u>4.606</u>
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	14	(1.366)	(842)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		<u>(7)</u>	<u>(18)</u>
		(1.373)	(860)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>6.052</u>	<u>3.746</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	512	240
Despesas financeiras	15	<u>(900)</u>	<u>(998)</u>
		(388)	(758)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		<u>5.664</u>	<u>2.988</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	16.1	(1.933)	(965)
Diferidos	16.2	<u>(63)</u>	<u>(4)</u>
		(1.996)	(969)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>3.668</u>	<u>2.019</u>
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	17	<u>0,367</u>	<u>0,202</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.668	2.019
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.668</u>	<u>2.019</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		10.000	(3.650)	126	2.083	-	8.559
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.019	2.019
Complemento de reserva legal	12.2	-	-	101	-	(101)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.4	-	-	-	-	(479)	(479)
Reversão de dividendos do exercício anterior	12.4	-	-	-	317	-	317
Transferencia para reserva de lucros	12.3	-	-	-	1.439	(1.439)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>10.000</u>	<u>(3.650)</u>	<u>227</u>	<u>3.839</u>	<u>-</u>	<u>10.416</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.668	3.668
Complemento de reserva legal	12.2	-	-	183	-	(183)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.4	-	-	-	-	(872)	(872)
Transferencia para reserva de lucros	12.3	-	-	-	2.613	(2.613)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>10.000</u>	<u>(3.650)</u>	<u>410</u>	<u>6.452</u>	<u>-</u>	<u>13.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		3.668	2.019
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		63	4
Amortização de intangível	8	569	476
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	538	514
Baixas do ativo intangível	8	7	20
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	6	127	37
Provisão para ações judiciais	11	55	-
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	6	(588)	(238)
Impostos a recuperar		3	(3)
Outros créditos		(76)	(27)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(116)	108
Obrigações sociais		58	51
Obrigações fiscais		460	14
Partes relacionadas	10	5	(7)
Outras obrigações		58	(3)
Pagamento de ações judiciais	11	-	(55)
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>4.831</u>	<u>2.910</u>
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(443)	(729)
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>4.388</u>	<u>2.181</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo intangível	8	(412)	(703)
Aquisição de ativo de contrato	7	(590)	(1.107)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.002)</u>	<u>(1.810)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos e financiamentos	9	-	3.700
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	9	-	(4.527)
Pagamento de arrendamento mercantil		-	(14)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>(841)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>3.386</u>	<u>(470)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.167	1.637
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	4.553	1.167
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>3.386</u>	<u>(470)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A COMASA - Companhia Águas de Santa Rita S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 4 de fevereiro de 2016, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 003/2015 ("Contrato"), celebrado com o Município de Santa Rita do Passa Quatro cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos. A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto.

Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Sociedade não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. Políticas Contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Administração da Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Orientação, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração para emissão em 29 de março de 2023.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Sociedade;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Sociedade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Mensuração do valor justo

A Sociedade mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Sociedade utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Sociedade são considerados de nível 2.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A contabilização dos instrumentos financeiros é feita de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Sociedade tenha aplicado o expediente prático, a Sociedade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Sociedade para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Sociedade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os principais ativos financeiros da Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, ativo de contrato e outros créditos. Esses ativos financeiros da Sociedade são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

c) Baixa de ativos financeiros (desreconhecimento)

Um ativo financeiro ou parte dele é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Sociedade transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Sociedade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Sociedade.

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Sociedade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas:

- Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses.
- Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Sociedade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Sociedade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. A Sociedade estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Sociedade considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Sociedade também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Sociedade receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Sociedade.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

2.4.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Sociedade que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos.

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Sociedade. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, e outras obrigações. Esses passivos financeiros da Sociedade são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

c) Baixa de passivos financeiros (desreconhecimento)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber são classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. Correspondem a valores a receber dos clientes em decorrência dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Sociedade usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD.

O critério para constituição da PECLD são os títulos a receber que possuem vencimento a mais de 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na PECLD os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias, avaliando também a perda histórica a cada fechamento.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo são os seguintes:

Classe de ativos intangíveis	Vida útil
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Instalações	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Outorga	30 anos
Investimento na concessão	30 anos
Sistema de abastecimento de água	30 anos
Sistema de esgotamento sanitário	30 anos
Software	5 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato

A Sociedade contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

A Sociedade reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

A Sociedade reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização.

2.8. Custo dos empréstimos e financiamentos

Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

2.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.12. Tributos

Lucro presumido

A partir de 2022, a Sociedade passou a ser optante do lucro presumido e calcula o imposto de renda e a contribuição social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 32% e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

2.13. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Sociedade reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em decorrência dos cortes dos períodos de leitura dos hidrômetros para emissão de cada fatura.

Os tipos de receitas da Sociedade estão descritos abaixo:

Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água.

A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

Receitas de construção

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Sociedade entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

2.14. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022

A Sociedade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 E CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: contrato oneroso (custos de cumprimento de contrato), ativo imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e referências à estrutura conceitual.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Sociedade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não identificou nenhum contrato como oneroso, de forma que, todas as obrigações dos contratos existentes (custos incrementais diretamente relacionados aos contratos e custos diretamente relacionados aos contratos) foram cumpridas pela Sociedade na data de reporte.

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Sociedade durante o período.

2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações contábeis da Sociedade, estão descritas abaixo. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 26/IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Sociedade avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

- CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativas contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

- CPC 26 (R1)/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

As alterações para o IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Sociedade está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- Análise de contratos de arrendamento

A Sociedade analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Nessa análise, a Sociedade utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não possui contratos caracterizados como arrendamento mercantil.

3.2. Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Sociedade usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis, intangíveis com vida útil definida e ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de impairment dos ativos tangíveis, intangíveis de vida útil definida e de ativos não financeiros.

- Contabilização dos contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

- Reconhecimento da receita e custos de construção

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

- Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Sociedade estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, tributários, cíveis e previdenciários.

A Administração da Sociedade, apoiada por seus assessores jurídicos internos e externos, classifica esses processos em relação a probabilidade de perda da seguinte forma:

- i. Perda provável: são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Sociedade mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: a) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; b) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e c) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa.
- ii. Perda possível: são processos em que a probabilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Sociedade não contabiliza provisão contábil e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- iii. Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Sociedade não contabiliza provisão contábil e nem divulga em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Sociedade acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face das seguintes situações: a) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização do processo envolvendo a Sociedade, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e b) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber.

Ainda que a Administração da Sociedade acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

4. Gestão de riscos

4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativo contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se à empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Sociedade supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Sociedade afirma que as atividades da Sociedade que assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Sociedade. A Administração da Sociedade estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

- Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço, estes últimos não aplicáveis às operações da Sociedade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, é requerida a divulgação de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Sociedade adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

a) Risco de taxa de juros

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Sociedade sujeitas a taxa de juros variáveis. A Sociedade gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

Sensibilidade à taxa de juros:

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		12,33% (*)	15,42%	9,25%	18,50%	6,17%
Aplicações financeiras	4.315	4.847	4.980	4.714	5.113	4.581
CDI + 2,40% a.a.		14,73% (*)	18,42%	11,05%	22,10%	7,37%
Empréstimos e financiamentos	(3.928)	(4.507)	(4.651)	(4.362)	(4.796)	(4.217)

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI acumulada em 31 de dezembro de 2022).

- Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Sociedade em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Sociedade de acordo com a política estabelecida pela Sociedade. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

- Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Sociedade possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Sociedade. O objetivo da Sociedade é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento.

4.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Sociedade são classificados da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	4.553	1.167
Contas a receber	1.546	1.085
Ativo de contrato	590	2.098
Outros créditos	156	80
	<u>6.845</u>	<u>4.430</u>
Total do ativo financeiro	<u>6.845</u>	<u>4.430</u>
<u>Passivos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Empréstimos e financiamentos	(3.928)	(3.833)
Fornecedores	(490)	(606)
Partes relacionadas e dividendos a pagar	(1.376)	(499)
Outras obrigações	(73)	(16)
	<u>(5.867)</u>	<u>(4.954)</u>
Total do passivo financeiro	<u>(5.867)</u>	<u>(4.954)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>978</u>	<u>(524)</u>

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios à outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Sociedade administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Sociedade pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Sociedade monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos	3.928	3.833
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.553)</u>	<u>(1.167)</u>
Dívida Líquida	(625)	2.666
Patrimônio Líquido	<u>13.212</u>	<u>10.416</u>
Total do capital	<u>12.587</u>	<u>13.082</u>
Índice de alavancagem	<u>-5%</u>	<u>20%</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	2	2
Bancos	236	103
Aplicações financeiras	<u>4.315</u>	<u>1.062</u>
	<u>4.553</u>	<u>1.167</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação de 99,18% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 (98,77% em 31 de dezembro de 2021). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Contas a receber

Representado por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber de clientes (i)	1.781	1.193
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (ii)	<u>(235)</u>	<u>(108)</u>
	<u>1.546</u>	<u>1.085</u>

- (i) Referem-se ao faturamento das medições de volume do consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços de gestão comercial efetuados pela Sociedade. A própria Sociedade é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais.
- (ii) O critério para constituição da PECLD reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Os títulos vencidos a mais de 180 dias, para os quais houve renegociação/parcelamento, no pagamento da primeira parcela o saldo da dívida é desconsiderado da PECLD. Essa exclusão é necessária pois os valores do parcelamento são imputados nas faturas a vencer do cliente. Se ocorrer atrasos superiores a 90 dias de clientes com valores parcelados, é constituída a PECLD de toda a dívida. Adicionalmente, a Sociedade também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração da Sociedade para cobrir os riscos de perdas existentes.

As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	439	295
De 31 a 60 dias	185	118
De 61 a 90 dias	98	18
De 91 a 180 dias	130	17
Acima de 181 dias	<u>159</u>	<u>23</u>
	1.011	471
A vencer:		
Até 30 dias	766	722
De 61 a 90 dias	<u>4</u>	<u>-</u>
	770	722
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	<u>(235)</u>	<u>(108)</u>
	<u>1.546</u>	<u>1.085</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(108)	(71)
Complemento de provisão	(366)	(97)
Reversão de provisão	<u>239</u>	<u>60</u>
	<u>(235)</u>	<u>(108)</u>

As reversões de provisão correspondem aos recebimentos ocorridos no exercício.

7. Ativo de contrato

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Sociedade de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como intangível.

A movimentação do ativo no período é o seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	2.098	1.061
Adições (i)	590	1.107
Transferências (ii)	<u>(2.098)</u>	<u>(70)</u>
Total	<u>590</u>	<u>2.098</u>

- (i) As adições correspondem as obras em andamento. No ano de 2022, as obras mais representativas correspondem a obra de revitalização e retirada de lodo da ETE Marinho e construção da estação elevatória de esgoto.
- (ii) Referem-se às transferências para o ativo intangível em decorrência da conclusão das obras. No ano de 2022 houve a finalização da obra de setorização das redes de águas do município de Santa Rita do Passa Quatro.

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Intangível

Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022	Custo	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Outorga	2.779	-	-	-	2.779	Outorga	2.779	-	-	-	2.779
Investimento na concessão	2.239	168	-	-	2.407	Investimento na concessão	2.117	142	(20)	-	2.239
Sistema de abastecimento de água	2.726	153	-	2.098	4.977	Sistema de abastecimento de água	2.325	395	(3)	9	2.726
Sistema de esgotamento sanitário	4.766	59	(7)	-	4.818	Sistema de esgotamento sanitário	4.585	120	-	61	4.766
Máquinas, aparelhos e equipamentos	325	8	-	-	333	Máquinas, aparelhos e equipamentos	309	16	-	-	325
Móveis e utensílios	37	11	-	-	48	Móveis e utensílios	32	5	-	-	37
Instalações	39	-	-	-	39	Instalações	36	3	-	-	39
Equipamentos de informática	113	7	-	-	120	Equipamentos de informática	91	22	-	-	113
Software	28	6	-	-	34	Software	28	-	-	-	28
	<u>13.052</u>	<u>412</u>	<u>(7)</u>	<u>2.098</u>	<u>15.555</u>		<u>12.738</u>	<u>703</u>	<u>(459)</u>	<u>70</u>	<u>13.052</u>

Amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022	Amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Outorga	(514)	(93)	-	-	(607)	Outorga	(421)	(93)	-	-	(514)
Investimento na concessão	(290)	(82)	-	-	(372)	Investimento na concessão	(215)	(78)	3	-	(290)
Sistema de abastecimento de água	(317)	(178)	-	-	(495)	Sistema de abastecimento de água	(220)	(97)	-	-	(317)
Sistema de esgotamento sanitário	(372)	(181)	-	-	(553)	Sistema de esgotamento sanitário	(197)	(175)	-	-	(372)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(52)	(18)	-	-	(70)	Máquinas, aparelhos e equipamentos	(35)	(17)	-	-	(52)
Móveis e utensílios	(11)	(3)	-	-	(14)	Móveis e utensílios	(8)	(3)	-	-	(11)
Instalações	(2)	(1)	-	-	(3)	Instalações	(1)	(1)	-	-	(2)
Equipamentos de informática	(78)	(11)	-	-	(89)	Equipamentos de informática	(67)	(11)	-	-	(78)
Software	(5)	(2)	-	-	(7)	Software	(4)	(1)	-	-	(5)
	<u>(1.641)</u>	<u>(569)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.210)</u>		<u>(1.604)</u>	<u>(476)</u>	<u>439</u>	<u>-</u>	<u>(1.641)</u>

Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021	Saldo líquido	31/12/2021	31/12/2020
Outorga (i)	2.172	2.265	Outorga (i)	2.265	2.358
Investimento na concessão (ii)	2.035	1.949	Investimento na concessão (ii)	1.949	1.902
Sistema de abastecimento de água (iii)	4.482	2.409	Sistema de abastecimento de água (iii)	2.409	2.105
Sistema de esgotamento sanitário (iii)	4.265	4.394	Sistema de esgotamento sanitário (iii)	4.394	4.388
Máquinas, aparelhos e equipamentos	263	273	Máquinas, aparelhos e equipamentos	273	274
Móveis e utensílios	34	26	Móveis e utensílios	26	24
Instalações	36	37	Instalações	37	35
Equipamentos de informática	31	35	Equipamentos de informática	35	24
Software	27	23	Software	23	24
	<u>13.345</u>	<u>11.411</u>		<u>11.411</u>	<u>11.134</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.7.

(i) Outorga - direitos de concessão

A Sociedade é concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Santa Rita/SP, e contabiliza o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. A Sociedade tem acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão. A concessão tem vigência até fevereiro de 2046.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizados, bem como todas as obras e instalações realizadas pela Sociedade, serão revertidas pelo saldo líquido das respectivas amortizações a Prefeitura de Santa Rita sem qualquer retorno financeiro para a Sociedade.

(ii) Investimentos na concessão

Esses investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo da concessão. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo da concessão.

(iii) Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Correspondem às estações tratamento de esgoto (elevatórias e redes) e de tratamento de água (reservatórios e redes).

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itáu	CDI + 2,40% a.a.	09/08/2027	3.928	3.833
			<u>3.928</u>	<u>3.833</u>
Passivo circulante			639	133
Passivo não circulante			3.289	3.700
			<u>3.928</u>	<u>3.833</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

O financiamento contratado com o Banco Itáú Unibanco S.A., em 30 de julho de 2021, no montante de R\$ 3.700, tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A liberação do recurso ocorreu em 9 de agosto de 2021. O prazo total do contrato é de 6 anos com 2 anos de carência. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamentos semestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principal serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 9 de agosto de 2027.

Nesse contrato de financiamento, há cláusula restritiva denominada "covenants", aplicável após o encerramento do prazo de carência, ou seja, a partir de 2023. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constantes no contrato:

- Manter a razão entre a Dívida Financeira Líquida (DFL) e o EBITDA, a ser apurado anualmente, igual ou inferior a 3,5x durante a vigência do contrato.
- Não contratar novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor seja superior a R\$ 5.000, sem aprovação prévia, exceto para perfilhamento de dívida.
- Redução de capital social da emissora/avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento da dívida.

A movimentação dos empréstimos aconteceu conforme abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	3.833	4.875
Captação de novos empréstimos e financiamentos	-	3.700
Juros incorridos no período	538	514
Amortização de principal	-	(4.527)
Amortização de juros	(443)	(729)
	<u>3.928</u>	<u>3.833</u>

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>31/12/2022</u>
2024	822
2025	822
2026	822
Após 2026	823
	<u>3.289</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas

	31/12/2022		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda.	25	1.013	(275)
Construtora Said Ltda.	-	270	-
Enorsul Serviços em Sanemaento Ltda.	-	68	-
	<u>25</u>	<u>1.351</u>	<u>(275)</u>

	31/12/2021		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda.	20	359	(239)
Construtora Said Ltda.	-	96	-
Enorsul Serviços em Sanemaento Ltda.	-	24	-
	<u>20</u>	<u>479</u>	<u>(239)</u>

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo de PLR a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 128 (R\$ 110 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR:

Participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

Valores

Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Provisão para ações judiciais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contingências tributárias	55	-
	<u>55</u>	<u>-</u>

O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Sociedade for provável.

A Sociedade é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$ 1 (R\$ 365 em 31 de dezembro de 2021), com probabilidades de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reclamações cíveis	1	365
	<u>1</u>	<u>365</u>

A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	-	55
Complemento de provisão	55	-
Reversão de provisão por pagamentos	-	(55)
	<u>55</u>	<u>-</u>

Nos complementos de provisão estão incluídos juros e atualização monetária.

12. Patrimônio Líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor do capital social é de R\$ 10.000, sendo R\$ 6.350 subscrito e integralizado em espécie e R\$ 3.650 a ser integralizado e está representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação direta no capital social</u>
GS Inima Brasil Ltda.	7.500	75%
Construtora Said Ltda.	2.000	20%
Enorsul Serviços em Sanemaento Ltda.	500	5%
	<u>10.000</u>	<u>100%</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

12.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 183 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2021).

12.3 Reserva de lucros

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE).

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 2.614 (R\$ 1.439 em 31 de dezembro de 2021) para a conta de reserva de lucros.

12.4 Dividendos

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de abril de 2021, através de AGO, os acionistas da Sociedade decidiram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios apurados em relação ao resultado do exercício findo em 2020. Desse modo, os dividendos mínimos obrigatórios de 2020, no montante de R\$ 317, foram transferidos para a conta de reserva de lucros em 30 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$ 871 e R\$ 479, respectivamente. Os montantes de R\$ 871 e R\$ 479 serão pagos no decorrer do exercício a findar-se em 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Receita Líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receita bruta</u>		
Tratamento de água (i)	8.246	7.893
Tratamento de esgoto (i)	8.161	5.864
Serviços de construção (ii)	1.002	1.387
Gestão comercial	148	450
	<u>17.557</u>	<u>15.594</u>
<u>Deduções da receita</u>		
PIS	(107)	(233)
COFINS	(492)	(1.072)
Vendas canceladas e descontos concedidos	(165)	(106)
	<u>(764)</u>	<u>(1.411)</u>
Receita Líquida	<u>16.793</u>	<u>14.183</u>

- (i) O aumento na receita proveniente do tratamento de água e esgoto corresponde a três fatores: reajuste anual, ligações ativas e volumes tratados. A partir de janeiro de 2022, passou a vigorar o reajuste anual sobre o valor das tarifas de fornecimento de água e esgoto no percentual de 10,25%.
- (ii) As receitas dos serviços de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se a obra de revitalização e retirada de lodo da ETE Marinho e construção da estação elevatória de esgoto. A Administração da Sociedade entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

14. Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Custo dos serviços prestados</u>		
Pessoal	(2.209)	(2.076)
Materiais	(1.274)	(1.024)
Serviços de terceiros	(784)	(931)
Energia elétrica	(2.691)	(2.854)
Depreciação e amortização	(555)	(460)
Obras civis (i)	(1.002)	(1.387)
Taxas de licença de operação e gerenciamento	(32)	(28)
Aluguéis	(331)	(325)
Combustíveis e manutenção de veículos	(229)	(227)
Seguros	(81)	(76)
Outros custos com operação	(180)	(189)
Total dos custos e serviços prestados	<u>(9.368)</u>	<u>(9.577)</u>

- (i) Os custos dos serviços de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se a obra de revitalização e retirada de lodo da ETE Marinho e construção da estação elevatória de esgoto. A Administração da Sociedade entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

COMASA - COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(384)	(345)
Materiais	(7)	(3)
Serviços de terceiros	(378)	(135)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(275)	(239)
Depreciação e amortização	(14)	(16)
Despesas jurídicas	(6)	(25)
Publicidade e propaganda	(3)	(4)
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(127)	(37)
Provisão para ações judiciais	(55)	55
Outras despesas operacionais	(117)	(93)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(1.366)</u>	<u>(842)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		(reclassificado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	294	29
Variação monetária e cambial	10	-
Juros sobre títulos recebidos	196	222
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(12)
Outras receitas financeiras	12	1
Total das receitas financeiras	<u>512</u>	<u>240</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(538)	(514)
Descontos concedidos	(107)	(176)
Juros e despesas bancárias	(254)	(307)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total das despesas financeiras	<u>(900)</u>	<u>(998)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(388)</u>	<u>(758)</u>

Reclassificação

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 18 de fevereiro de 2022, o saldo de R\$ 12 foi divulgado como despesa financeira na linha de "outras despesas financeiras". Tendo em vista a natureza desse saldo corresponder a impostos sobre a receita financeira, mais especificamente, PIS e COFINS, a Administração da Sociedade reclassificou o referido saldo para a rubrica de "receitas financeiras" em 2022 e no período comparativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

16.1 Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social

A partir de 2022, a Sociedade deixou de ser tributada pelo lucro real e passou a ser tributada pelo lucro presumido.

	<u>31/12/2022</u>
Tratamento de água	8.246
Tratamento de esgoto	8.161
Gestão comercial	148
(-)Vendas Canceladas	(165)
Redução para base de cálculo	<u>32%</u>
Base de cálculo	<u>5.245</u>
Receitas financeiras	512
Base de cálculo do lucro presumido	5.757
Base de cálculo adicional	<u>5.517</u>
<u>IRPJ</u>	
Alíquota - 15%	863
Alíquota adicional - 10%	<u>552</u>
Total do IRPJ no exercício	<u>1.415</u>
<u>CSLL</u>	
Alíquota - 9%	<u>518</u>
Total da CSLL no exercício	<u>518</u>
Imposto apurado	<u>1.933</u>
	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.988
Alíquota vigente	<u>34%</u>
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	<u>(1.016)</u>
Ajustes para alíquota efetiva:	
Diferenças permanentes	<u>47</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(969)</u>
Correntes	(965)
Diferidos	<u>(4)</u>
	<u>(969)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

16.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo fiscal diferido (i)	-	63
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>-</u>	<u>63</u>

A partir de janeiro de 2022, a Sociedade deixou de ser tributada pelo lucro real e passou a ser tributada pelo lucro presumido.

17. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro básico		
Lucro líquido do exercício	3.668	2.019
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>0,367</u>	<u>0,202</u>
Lucro diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro básico por ação	3.668	2.019
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>0,367</u>	<u>0,202</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

18. Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir, demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Transferências do ativo de contrato para intangível	2.098	70
Dividendos propostos e não pagos	<u>1.351</u>	<u>479</u>
	<u>3.449</u>	<u>549</u>

19. Cobertura de seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	2.673
Responsabilidade civil	3.000
Responsabilidade civil - incêndios	300
Riscos de engenharia - obras	5.047
Riscos operacionais	3.000
Equipamentos	218

20. Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram desse tema concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Sociedade avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 - Eventos Subsequentes.